



APROVADA

NA 651

a. Sessão

ALADI/CR/Ata 648
(Sessão Extraordinária)
30 de julho de 1997
Hora: 10h 15m às 10h 50m

ORDEM DO DIA

Incorporação do Excelentíssimo Senhor Embaixador Manuel José Cárdenas como Representante Permanente da Colômbia.

Preside:

ANTONIO CÉSPEDES TORO



Assistem: Jesús Sabra (Argentina), Antonio Céspedes Toro e José Guillermo Loría González (Bolívia), Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia e Leopoldo Durán Valdés (Chile), Manuel José Cárdenas, Enrique Pinzón Alvarez e Luis Felipe de Castro (Colômbia), José Piedrahita (Equador), José Luis Solís (México), Carlos Galeano e Alfredo Núñez (Paraguai), Guillermo del Solar Rojas e Efraín Saavedra Barrera (Peru), Ariel Vargas (Venezuela), David Ruano Lemus (Guatemala).

Secretário-Geral: Antonio J.C. Antunes.

Secretários-Gerais Adjuntos: Juan Francisco Rojas e Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTE. Damos começo à 648ª. sessão extraordinária, cujo único ponto da ordem do dia é a incorporação do Senhor Embaixador Manuel José Cárdenas como Representante da Colômbia neste Comitê.

Excelentíssimo Senhor Embaixador, Manuel José Cárdenas, Senhores Representantes, Senhores Observadores de países e organismos internacionais, Senhor Secretário-Geral, Senhores Secretário-Gerais Adjuntos, Senhores funcionários da Secretaria, senhoras e senhores, em nome do Comitê de Representantes aprez-me dar as mais afetuosas e cálidas boas-vindas e dizer-lhe, Senhor Embaixador, que sua

incorporação não apenas prestigiará este foro, senão que reforça e alenta nosso trabalho e dedicação com o processo de integração da região.



O distinto Embaixador, de profunda vocação integracionista, hoje se incorpora a nossos trabalhos, trazendo consigo sua inteligência e uma vasta experiência negociadora em temas de especial incidência em nossas relações intra-regionais. Investido de uma acreditada trajetória no processo de integração e amigo desta Casa, não necessitaria ser apresentado, mas cabe ressaltar que uma de suas preocupações mais vitais é contribuir para aprofundar e consolidar eficazmente o novo cenário da integração, dando por descontada a presença de uma participação ativa do irmão Governo que representa, de permanente vocação e sólida trajetória latino-americanista.

Bem conhecida é sua intenção e propósito de acentuar sua participação em virtude da nova dimensão do processo de integração na região, levando em conta a vasta experiência negociadora do Senhor Embaixador no âmbito da Comunidade Andina. Seu trabalho nesse campo refletiu não apenas o alto nível profissional que o distingue e caracteriza, mas também o novo estilo diplomático que age de maneira pragmática e executiva em consonância com os objetivos da integração da região.

Senhor Embaixador, a ALADI conta com mandatos políticos claros e concretos para facilitar e impulsionar o processo de articulação e convergência dos acordos e esquemas de integração que permitam consolidar e fortalecer a atual dimensão da integração regional que corresponde às novas orientações políticas e econômicas dos países-membros, que propiciam uma melhor competitividade e inserção na economia regional e internacional. Nesse sentido a ALADI constitui o foro principal do processo de convergência na região, mediante a aplicação e adaptação de fórmulas flexíveis, previstas no Tratado de Montevideu 1980 para criar no curto prazo um mercado comum latino-americano.

Quanto à projeção regional e hemisférica, em particular a área de livre comércio das Américas (ALCA), cabe assinalar que os propósitos e objetivos de negociação manifestados são aspectos que vêm sendo também considerados na agenda permanente da Associação e cujos resultados representam um capital importante dos países-membros a ser levado em conta para ambos os processos.

Como bem sabe o Senhor Embaixador, as negociações para configurar a ALCA se desenvolverão e aprofundarão certamente de forma simultânea e paralela aos processos existentes, os quais manterão sua vigência e individualidade. Nesse sentido temos grandes desafios à espera de nossas ações e decisões, que o próximo Conselho de Ministros deverá considerar nas perspectivas da integração e no papel da ALADI, as quais requererão de renovadas orientações políticas. Frente a estes novos desafios, Senhor Embaixador, sua presença neste Comitê será, sem dúvida, uma contribuição valiosa nesta nova etapa do processo de integração regional. Por esse motivo nos honramos e nos alegramos com sua presença aqui.

Seja bem-vindo, Senhor Embaixador. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETARIA-GERAL. Senhor Presidente do Comitê, Senhores Embaixadores e demais membros das Representações, Senhores Observadores, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, Senhor Embaixador Manuel José Cárdenas, Vossa Excelência vem representar nesta Associação um dos países mais representativos da América Latina, representativo por suas dimensões humanas, suas dimensões em recursos naturais, sua riqueza cultura, a diversidade de fauna, flora, orografia, hidrografia e paisagens. Uma diversidade e um tamanho que lhe dá uma potencialidade muito maior do que na atualidade representa em suas atividades. Também por sua pujança econômica que

reflete a laboriosidade de seu povo, a criatividade de seu povo e a exemplar e conhecida capacidade empresarial de seus cidadãos.

A Colômbia apresenta grandes vantagens comparativas, refletidas em muitos diagnósticos de vários organismos internacionais e atualmente tem um papel importantíssimo: seis por cento de sua participação nas importações intra-regionais e oito por cento de participação nas importações da ALADI ainda não são suficientes para representar o papel que pode desempenhar em função de sua potencialidade.

Além disso, a Colômbia tem um grande papel, uma grande responsabilidade na Comunidade Andina, que se reflete em suas exportações representam 35 por cento das exportações sub-regionais e suas importações, 38 por cento.

Estamos vivendo agora, Senhor Embaixador, um momento muito desafiante. Vossa Excelência participou do Seminário que finalizou ontem, não cabe agora repetir tudo o que foi dito, tudo o que significa o desafio. Impressionou-me muito constatar que estamos em um momento em que não sabemos exatamente qual será o destino da integração entre os onze países da ALADI. Temos o acicate da construção da Área de Livre Comércio das Américas e também o acicate do avanço da liberação de comércio de bens e serviços e de mobilização de fatores no âmbito da OMC.

Aparentemente, necessitamos criar e estar em um espaço nosso, um espaço econômico e cultural que se diferencia desses ambientes mais amplos de uma forma construtiva, mas própria, suficientemente própria para representar e defender os interesses de cada um dos países. Conseqüentemente, Senhor Embaixador, vemos a Colômbia como um país que pode desempenhar um papel muito importante nessa articulação, principalmente desde o momento em que temos em vista as negociações da Comunidade Andina como o MERCOSUL que, se sair bem, constituirá um marco importantíssimo na construção desse espaço.

Essa negociação que tem, como se viu ontem, uma dimensão política muito elevada porque o ambiente supra-regional em que estamos, dado principalmente pela ALCA, mas também, pela OMC, são ambientes que têm dimensão política e geopolítica. Conseqüentemente, a resposta de concordar com os interesses de cada um dos países passa também por esta dimensão. Uma dimensão política que deve refletir-se nas estratégias dos países, tanto individualmente como em sua vontade política de unir-se para ter maior poder de negociação construtiva nos âmbitos maiores.

Diante desse quadro, Senhor Embaixador, sabemos que Vossa Excelência está dotado de enorme capacidade, experiência e conhecimento e esta Secretaria se põe a sua disposição para oferecer todo o apoio técnico que sua Representação necessitar diante do desafio que a Colômbia terá por diante e que, sem dúvida, soube reconhecer quando o escolheu para representá-la. Muito obrigado.

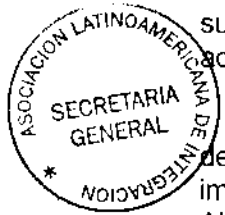
PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário.

Concedemos a palavra ao Senhor Representante da Colômbia, Embaixador Manuel José Cárdenas.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Senhor Presidente do Comitê de Representantes da ALADI, Senhor Secretário-Geral, Senhores Embaixadores e Representantes dos países-membros da ALADI, Senhores Observadores, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, senhoras e senhores, é para mim muito grato participar desta primeira reunião formal, extraordinária, do Comitê de Representantes da ALADI



para assumir o cargo de Embaixador da Colômbia e Representante Permanente de meu país.



Quero agradecer tanto ao Senhor Presidente como ao Senhor Secretário-Geral suas palavras, que me comprometem mais ainda nos esforços que deveríamos fazer aqui de forma conjunta, em benefício da integração da América Latina e da ALADI.

Realmente esta Instituição, pela primeira vez em sua história, tem uma série de desafios que não teve no passado, e que se teve não era da magnitude nem da importância nem da transcendência de hoje. Porque a passagem da ALALC para a ALADI foi feita de tal forma que, embora não tenha produzido resultados espetaculares, tampouco significou um desafio para a entidade no que diz respeito a sua supervivência. O mesmo ocorreu na década de 90, quando mudou o esquema de integração que se vinha adiantando até esse momento com base em um modelo fechado para fazer a integração através de um modelo aberto.

Por outro lado, os desafios de hoje, evidentemente estão diretamente vinculados com sua supervivência e o acordado na Declaração de Belo Horizonte significa, não apenas para a ALADI, mas para os demais organismos de integração da região, a necessidade de fazer uma reflexão muito profunda sobre suas perspectivas e seu futuro.

Naturalmente, o futuro da ALADI depende do que os governos dos países-membros querem que ela seja. E como dizia certa vez Alberto Lleras com relação à OEA, é uma entidade que poderá ser uma coisa ou outra, orientar-se em um sentido ou em outro em função da vontade de seus governos através de um amplo consenso, que é o que deve inspirar todas estas atividades.

Farei algumas considerações sobre estes temas e sobre o futuro da ALADI, partindo da base de que a integração na América Latina tomou uma força importante a partir do momento em que se iniciaram os processos de abertura e liberalização de nossas economias.

Se tivéssemos seguido modelos fechados de integração e não tivéssemos adotado o modelo aberto, que se iniciou na década de 90, indiscutivelmente os progressos teriam sido limitados. Todas as reformas liberalizadoras que se iniciaram nesta época, da qual uma das mais importantes foi a liberação do comércio, criar umas políticas internas dos países claramente definidas influíram de forma favorável no processo de integração da região, já não concebido como mecanismo fechado para dilatar o horizonte de substituição de importações, mas para avançar a diferentes etapas e a diferentes ritmos neste processo de especial transcendência para nossos países.

Indiscutivelmente essas políticas internas ajudaram ao processo de integração e penso –e estou convencido- que a manutenção dessas políticas será também uma garantia de supervivência dos esforços realizados até o presente.

Sempre tínhamos falado de liberalização e liberalização das economias, mas já estamos –como vimos no Seminário- dando um qualificativo aos esforços feitos até agora e se fala de que foi feita uma globalização neoliberal da economia mundial; e de certa forma se fala da necessidade de fazer-lhe alguns ajustamentos para que possam ser resolvidos certos problemas de caráter social, gerados pelo modelo.

No Seminário realizado aqui em Montevideu, organizado pelo Banco Mundial, foi exposta a necessidade de passar para uma segunda fase de reformas das políticas de segunda geração na terminologia do Banco Mundial, em matéria de recursos humanos, em aspectos financeiros, em aspectos de fortalecimento fiscal e do bom governo, que

evidentemente não terão esse efeito tão eficaz que tiveram as reformas da primeira geração. Será muito mais difícil levá-las à prática.

Tudo isto diz respeito a que passamos pelo melhor momento das políticas liberalizadoras e que entramos em uma etapa onde os passos serão mais lentos e, obviamente, os resultados, mais limitados.



Mas, voltar atrás, voltar a políticas baseadas nos conceitos de centro e de periferia, creio que já não é possível e que o mundo mudou. E assim como no passado os países periféricos buscavam medidas para defender-se dos países industrializados, com a revolução tecnológica do desenvolvimento das comunicações e a internacionalização dos sistemas de produção, necessariamente existe um processo de produção mundial que não está no centro somente, senão que se trasladou à periferia e, portanto, continua sendo válida a preocupação de que a função dos países da América Latina é como se incorporam cada vez mais a este processo de inovação tecnológica e como se tornam mais competitivos.

Naturalmente, este é um esforço que não se pode deixar apenas e exclusivamente às forças do mercado. Necessitam-se políticas setoriais ativas, fundamentalmente de caráter horizontal, não de caráter vertical, naqueles aspectos onde o mercado de fatores é mais imperfeito, como o da tecnologia e da capacitação dos recursos humanos. E aqui é onde, senão os países considerados geralmente, sim algumas empresas dos países latino-americanos têm muito para fazer e há que adiantar um trabalho muito importante de apoio.

Esse grau de diferenciação tradicional que existiu na ALADI nos três graus de países desenvolvidos, desenvolvimento econômico relativo, e países menos desenvolvidos, deve voltar-se a conceitos deste tipo para apoiar individualmente as empresas e não tratamentos de tipo geral por país que a experiência demonstrou que, embora existam os melhores propósitos, os resultados são limitados. Há que melhorar, fundamentalmente, as empresas, torná-las mais eficientes, torná-las mais competitivas. Há um amplo e vasto trabalho por fazer.

Temos claro que nestes anos a integração –pelo expresso anteriormente– caminhou por vias diferentes das previstas não apenas em 1980, mas posteriormente com o processo de abertura. Notou-se outro fato importante e singular, que vale a pena destacar, que é o maior protagonismo dos governos no manejo dos temas da integração. Os organismos internacionais vieram perdendo importância. E isto não é somente... organismo impulsor do processo que tinha uma capacidade de iniciativa, exclusiva em determinado momento, inclusive os governos não a tinham, depois foi compartilhada com os governos, foi tomando mais um caráter de ser um organismo que cumpre funções secretariais e administrativas. Temos o exemplo do MERCOSUL; também é importante ver como os países-membros não quiseram ter um organismo forte. O mesmo ocorre com o NAFTA e com outros acordos onde fundamentalmente, particularmente no NAFTA e no Grupo dos Três, foi negociado praticamente tudo. Por isso são negociações quilométricas, quanto aos textos, porque a capacidade de iniciativa a execução dos acordos é bastante limitada. Digo isto porque é bom levar em conta que não apenas a ALADI, a própria Secretaria, o Comitê de Representantes, perdeu certa inércia, senão que é um fenômeno comum de toda a orientação que se veio dando às negociações em matéria de integração.

De qualquer maneira, devemos partir da base de que o fato de que a ALADI não tenha desempenhado um papel mais determinante no processo de integração da América Latina foi uma coisa deliberada dos governos; assim quiseram. No próprio âmbito do Tratado de Montevideu 1980 se quis que o processo de integração da ALADI

atuasse em um âmbito flexível e amplo, onde pudessem caber diferentes alternativas de integração que se movessem a diferentes velocidades.

Como foi dito também, embora seja certo que o regionalismo aberto foi a porta de partida para iniciar esta ativação e reativação do processo de integração, não estabeleceu nem determinou quais deveriam ser os instrumentos para alcançar essa convergência. Houve decisões, de certo modo, dolorosas da concepção original que se tinha ao flexibilizar a possibilidade de que os países-membros negociassem separadamente e não o fizessem de forma conjunta, mas essa era a realidade do mundo atual e havia que reconhecer essa realidade.



De qualquer maneira, o fato é que esta proliferação de acordos foi feita de forma desordenada e não é um processo fácil dar-lhe uma orientação comum e talvez tampouco seja conveniente.

A integração, como tal, na América Latina nunca foi concebida, mas não apenas na América Latina, mas em geral, como um fim, mas como um meio. Isto é bom recordá-lo porque às vezes nos esquecemos disto e é um instrumento para acelerar o processo de desenvolvimento e social de nossos países.

Deve-se considerar também que a integração não se pode fazer com imposições nem com exclusões: há que procurar consensos. É necessário levar em conta também que se bem é certo que há coincidência nos aspectos de fundo, também, como vimos ontem, há percepções diferentes em cada um dos países-membros.

Mas o fato fundamental, é que estamos vivendo uma nova etapa que, como manifestava o Senhor Presidente do Brasil em sua intervenção neste foro, implica um novo renascimento no qual se estão produzindo grandes transformações e temos que preparar-nos para fazer frente a essas transformações e, sem dúvida, se o fazemos de forma conjunta, os benefícios que poderemos receber serão muito maiores que se o fizermos de forma separada.

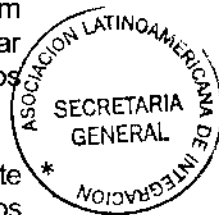
Na América Latina, de modo contrário ao que ocorreu na Europa, onde se veio construindo o edifício de integração de forma laboriosa e a pesar das grandes crises que tiveram, nunca falaram delas como de uma coisa definitiva. Na América Latina não tivemos essa mesma consciência e às vezes qualquer dificuldade já a consideramos como insalvável e nos esquecemos de que em matéria de integração o normal é a crise e o anormal é a normalidade. E se a Europa passou de um Mercado comum para uma Comunidade Européia, agora União Européia, na América Latina deveríamos também acompanhar esse esforço, tendo a ALADI como a Casa comum e ver através dela que efeito pode ter esta entidade para apoiar o processo e ser sua orientadora e sua guia.

Temos algumas coisas claras que não se podem fazer neste momento: como é pensar em uma reforma do Tratado de Montevideu 1980. Também temos claro que não será possível no curto prazo chegar a um Mercado Comum Latino-Americano como também estabelecia o Tratado de Montevideu 1980. Temos claro também que a convergência no campo tarifário não será fácil. Teremos que continuar com diferentes ritmos de liberação que obedecem diferentes realidades dos países e dos setores.

Mas, o que sim cremos que é possível nas atuais circunstâncias é continuar avançando para a formação de uma zona de livre comércio latino-americana.

Como já foi comentado, damos particular importância —e compartilho totalmente do que disse o Senhor Secretário-Geral— à culminação das negociações entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL. Este fato não apenas tem implicações

econômicas para os países que estão fazendo parte da negociação, mas tem implicações políticas e uma mensagem clara de que a América Latina quer marchar unida nos foros hemisféricos e mundiais, não apenas de comércio, mas nos outros campos da economia mundial.



Fica claro também que se não se pode avançar em uma convergência na parte tarifária, sim podemos avançar em uma convergência na parte normativa. Porque temos um padrão que nos une, que são as normas da Organização Mundial do Comércio, que facilita esse esforço e esse esforço deveria canalizar-se no âmbito da ALADI.

De tal maneira que vejo com otimismo o que se pode fazer neste campo, mais ainda, quando as negociações que temos para a frente estão sujeitas a diferentes prazos e que é possível avançar mais aceleradamente na integração latino-americana que nos compromissos da ALCA e nos compromissos da OMC, porque os compromissos da ALCA, se nos for bem, apenas estarão definidos no ano 2005, mas isso não quer dizer que nesse momento se inicia uma zona de livre comércio hemisférica, senão de um longo processo para concretizá-la.

De maneira que tudo isto é possível e se existe um espírito aberto, um espírito solidário, uma consciência clara no destino comum da região, tenho a certeza de que obteremos resultados muito positivos.

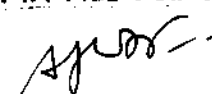
Com estas palavras reitero meus agradecimentos e também minha vontade de colaborar na medida de minhas possibilidades neste esforço tão importante para nossos países. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Embaixador, por seus valiosos conceitos.

Senhores Representantes, finaliza assim o motivo específico desta sessão.

— ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL


ANTONIO J. C. ANTUNES
Secretario General